



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1980

ANO VI

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1.º — O § 1.º, do Art. 41, da Constituição, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 41 — .....

§ 1.º — O Tribunal de Contas exerce, no que couber, as atribuições previstas pelo Art. 115, da Constituição Federal, terá quadro próprio e prestará contas anualmente à Assembléia Legislativa”.

Art. 2.º — Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS

Apoiamento: MÁRIO CELSO, DOMÍCIO SCARAMELLA, JOSÉ TAVARES, DARCY DEITOS, LÁZARO DUMONT, NELTON FRIEDRICH, JURANDIR MESSIAS, LINEU TURRA, NELSON BUFFARA, DENI SCHWARTZ, GERNOTE KIRINUS, EDILSON ALENCAR, JOÃO ELÍSIO, WALDYR PUGLIESI, FIORI LUIZ, PAULO CAMARGO, GILBERTO CARVALHO, CARLOS ZANLORENZI, FIDELCINO TOLENTINO, TADEU LÚCIO MACHADO e uma assinatura ilegível.

### JUSTIFICATIVA:

A nova redação que se pretende conferir ao § 1.º, do Art. 41, da Constituição, inova o texto constitucional com a obrigatoriedade expressa de o Tribunal de Contas prestar contas de sua administração financeira ao Poder Legislativo.

Nada mais adequado, com efeito, do que estabelecer, ao órgão especializado na tomada de contas dos administradores públicos, que ele mesmo seja submetido a um processo de fiscalização, comandado pelo Poder a quem auxilia, e que é constitucionalmente erigido em última instância no sistema vigente de controle da aplicação dos dinheiros da coletividade.

O próprio Tribunal de Contas há de aplaudir a providência legislativa que lhe permite comprovar a lisura de seus balanços e a saúde de suas finanças. Seu prestígio institucional será reforçado no seio da opinião pública, que há de confiar ainda mais plenamente nos efeitos moralizantes de seu exercício fiscalizatório.

O autor, que esta proposta de emenda subscreve, está confiante em que ela virá contribuir decisivamente no sentido do aprimoramento da sistemática, adotada pela Constituição, destinada a assegurar o legal emprego dos recursos orçamentários, livrando as autoridades financeiras de infundadas suspeitas e a contribuição da coletividade de estranhos destinos.